



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

1 ATA DA VIGESIMA QUINTA REUNIÃO DO COMITÊ ESTADUAL DE
2 SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)
3

4 Aos vinte e seis (26) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte
5 (2020), às quinze horas (15h00), através de vídeo conferência pelo
6 endereço eletrônico:
7 <<https://us02web.zoom.us/j/2899969661?pwd=end4Ulh1U2FyeHhuNzhaU>
8 IVNYzJLZz09 ou com ID: 289 996 9661 Password: 389489, foi iniciada a
9 vigésima quinta Reunião de Trabalho do Comitê Estadual de Saúde
10 Judiciário (CES-Jus) do Estado do Amapá, com a seguinte pauta: Pandemia
11 COVID-19 e Medidas Governamentais; Dados Epidemiológicos da
12 Pandemia COVID-19; Regulação (Dados sobre a Ocupação de Leitos na
13 Rede Hospitalar do Estado do Amapá); Alocação de recursos financeiros
14 no orçamento 2021 das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde do
15 Amapá para aquisição da vacina COVID-19. Foi feita a abertura da reunião
16 pelo Desembargador Carlos Tork, Presidente do Comitê Estadual da Saúde
17 – Judiciário, com a verificação dos participantes presentes na sala virtual:
18 **Sr. Juan Mendes**, Secretária de Estado da Saúde - SESA-AP; **Sr. Elizer**
19 **Viterbino**, da FECOMERCIO; **Sra. Alcilene Furtado**, Sindicato dos
20 Trabalhadores da Saúde do Amapá - (Sindsaúde); **Sr. André Bica**, do
21 Ministério Público Federal (MPF); **Sr. Eduardo Navarro**, Juiz Titular da
22 1.^a Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Macapá;
23 **Sr. Eduardo Monteiro de Jesus**, Representante do Conselho Regional de
24 Medicina - CRM; **Sr. Alcedir Rigelli**, do Hospital São Camilo; **Sra.**
25 **Alcilene Furtado**, Sindicato de Enfermagem e Trabalhadores da Saúde do
26 Amapá (Sindsaúde); **Sra. Aline Perez**, Juíza da 1.^a Vara Civil – Santana;
27 **Sra. Anne Marques**, Presidenta do Sindicato dos Serventuários da Justiça
28 – SINJAP; **Sr. Diogo Roger**, Representante do COSEMS; **Sra. Emília**
29 **Pimentel**, do Conselho Regional de Enfermagem do Amapá (COREN);
30 **Sra. Iracilda Pinto**, Representante da Superintendência em Vigilância da
31 Saúde (SVS); **Sra. Maracy Andrade**, do Conselho Regional de Medicina
32 (CRM); **Sra. Jani Betânia**, Presidente da Associação dos Pais e Amigos
33 dos Autistas do Amapá – AMA-AP; **Sra. Leila Silva**; **Sra. Márcia**
34 **Corrêa**; **Sr. Danilo Pacheco**; **Sra. Maria Cecília Faro**, do Controladoria-
35 Geral do Estado (CGE); **Sr. Ronaldo Dantas Melo** do Núcleo de Apoio
36 Técnico Judiciário para Demandas da Saúde (NAT-JUS); **Sra. Maribel**
37 **Nazaré Smith**, do Núcleo de Apoio Técnico Judiciário para Demandas da
38 Saúde (NAT-JUS); **Sra. Marielli Rosário**, PROGEM; **Sr. Kevin Camelo**
39 **e Sr. Philippe Castro** Procuradoria Geral do Estado; **Sr. Roberto**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

40 **Pinheiro, SIMS; Sra. Sílvia Elena Dias Martuchi**, representante da
41 Universidade Federal do Estado do Amapá (UNIFAP); **Sr. Victor**
42 **Queiroz**, Juiz Federal Substituto; **Sr. Wueber Penafort**, do Ministério
43 Público do Estado do Amapá (MPE); **Sra. Gisela Cezimbra**, da Secretaria
44 Municipal de Saúde – Macapá (SEMSA); **Sra. Larissa Oliveira**, da Ordem
45 dos Advogados do Brasil (OAB-AP); **Sra. Maracy Andrade**, Secretária
46 Adjunta de Enfrentamento ao Covid-19. Aberta a reunião, foram
47 registradas as ausências justificadas: Joana Leão (UNIMED); Eliane
48 Albuquerque (PROCON); Douglas Costa (CRF). Em seguida, foram
49 abordados os dados da pandemia. O Sr. Alcedir informou que foi
50 constatado um crescimento razoável no atendimento desde a semana
51 passada, sendo sete em UTI, porém sem necessidade de abertura de novos
52 leitos e sem nenhum óbito relacionado à COVID nas últimas duas semanas.
53 Contudo, ressaltou ser necessário esperar de três a quatro dias para analisar
54 se há estabilização. Na sequência, a Sra Iracilda noticiou que o Estado está
55 com a quarta menor taxa de letalidade do país. E pontuou sobre o ritmo de
56 contágio desde agosto com RT abaixo de 1; que Macapá e Santana são os
57 municípios com maiores número de casos; que a média de casos
58 recuperados está em 84%; que houve aumento de casos nas UBS na
59 semana que passou com aumento dos pacientes hospitalizados (SUS E
60 PARTICULAR), assim como aumento da taxa de ocupação de leitos.
61 Questionada pelo Desembargador Carlos Tork, informou que houve
62 aumento da fiscalização das medidas para evitar aglomerações e que o
63 governo tem cumprido as recomendações. Em prosseguimento, a Sra.
64 Gisela discorreu sobre o aumento do atendimento nas unidades do
65 Município de Macapá. Disse que houve um reforço da equipe nas unidades
66 e oferecimento de exames. Acrescenta que está sendo realizado um
67 acompanhamento de perto pela vigilância municipal, o qual constatou um
68 descumprimento dos decretos. Informou também que já está sendo
69 realizado um novo processo de compra emergencial de medicamentos e
70 que o tempo de transferência já está uniformizado. Na sequência, a Sra.
71 Maracy Andrade ressaltou que, há aproximadamente 7/15 dias, foi
72 constatado um aumento nos casos e que está havendo um incremento do
73 número dos leitos, esclarecendo que na data de hoje foram habilitados mais
74 10 leitos. O Desembargador Carlos Tork ponderou que se o tempo de
75 transferência está curto, conclui-se que o número de leitos está sendo
76 suficiente. Dada a palavra, o Sr. Viterbino disse que as atividades
77 comerciais seguem como ponto de contenção do COVID; realizou a
78 apresentação dos impactos da pandemia na atividade comercial, por
79 exemplo, queda nos empregos e ponderou que, quando realizada abertura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

80 presencial, houve redução dos casos. E disse que estão sendo realizadas
81 campanhas “Comércio Seguro” e “Não é hora de relaxar”, assim como será
82 lançado o projeto “Selo Fecomércio”. Por último, o representante do
83 NATJUS, Sr. Ronaldo Dantas, manifestou-se sobre a dificuldade de
84 relacionar os números com a atividade comercial, porém destacou ser
85 necessário uniformizar os parâmetros, destacando que a taxa de ocupação
86 não é parâmetro, pois houve modificação do denominador (desmontagem
87 dos leitos). Sugeriu que devem ser estabelecidos parâmetros sensíveis
88 como a movimentação nas unidades (número de atendimentos e de
89 receitas) e o número absoluto de pacientes internados. Aberto o debate, não
90 havendo inscrição para manifestação, o Desembargador Carlos Tork
91 sugeriu aguardar a novas medidas das autoridades e retomada das reuniões
92 extraordinárias, sugerindo a marcação da próxima para o dia 03 de
93 novembro às 15h. Após questionamento da Sra. Anne Marques, foi
94 esclarecido que os dados sobre a pandemia são repassados diariamente às
95 autoridades. E a Sra. Iracilda anuiu com as ponderações apresentadas pelo
96 Sr. Ronaldo Dantas, destacando que tais indicadores sensíveis estão sendo
97 observados, notadamente a dispensação de receita. O Sr. Ronaldo Dantas
98 ponderou que acredita que as autoridades tomarão as medidas necessárias,
99 propôs a reunião para daqui a duas semanas – dia 16/11 - para que se
100 avaliem as novas medidas e os impactos. Com a palavra, a Sra. Maribel
101 questionou se houve mudança no fluxo de pacientes, relatando um caso de
102 seu conhecimento em que não houve atendimento de um paciente mesmo
103 com a indicação de internação, sendo esclarecido pela Sra. Gisela que há
104 algumas reclamações sobre o comportamento de alguns médicos, sendo
105 que na presente data haverá uma reunião com todos os médicos.
106 Questionada, opinou pela reunião no dia 16/11 e a Sra. Maracy Andrade e o
107 Sr. Juan Mendes opinaram pelas reuniões semanais. No bate papo, o Sr.
108 Victor Queiroz opinou pela reunião semanal. Ao final, foi mantida a
109 reunião extraordinária dia 03 de novembro às 15h. Em seguida, passou à
110 necessidade de alocação de verba no orçamento municipal e estadual para
111 aquisição da vacina, sendo destacado pelo Desembargador Carlos Tork
112 para se discutir a necessidade de emissão de recomendação pelo Comitê.
113 Com a palavra, o Sr. Ronaldo Dantas afirmou que a imunidade de rebanho
114 é necessária para o controle da doença, o que pode ser obtido de forma
115 natural ou artificial mediante vacina; que há 10 vacinas na fase 3, sendo
116 que duas ou três estão em fase avançada (testando segurança e eficácia),
117 opinando pela aquisição da vacina. O Sr. Juan Mendes informou que esteve
118 em reunião com governadores e secretários de saúde, esclarecendo que a
119 vacinação estará presente no calendário nacional com público inicial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-JUS)

120 maiores de 80 anos, profissionais da saúde e da segurança e portadores de
121 comorbidades. E opinou pela ausência de necessidade da recomendação.
122 Sobre o tema, a Sra. Gisela falou sobre o cuidado do Município com a
123 garantia de insumos para a vacinação e opinou pela desnecessidade da
124 recomendação. A Sra. Sílvia Elena questionou sobre a logística de
125 armazenamento da vacina, sendo informado pelo Sr. Juan Mendes que
126 ainda não há resposta para o questionamento. Finalizados os debates, foi
127 encerrada a reunião.

128

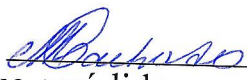
129 RECOMENDAÇÕES/DELIBERAÇÕES DO COMITÊ ESTADUAL DE
130 SAÚDE JUDICIÁRIO (CES-Jus)

131

132 Designação de reunião extraordinária para o dia 03 de novembro.

133

134

135 Nada mais havendo a tratar, eu, Vitória Machado ,
136 Secretária executiva do CES, lavrei a presente ata que será lida e assinada
137 após aprovação por todos.

138


139

140

141

142

143


Desembargador Carlos Tork
Coordenador do CES-Jus